



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

MARIA DE FÁTIMA DE ARAÚJO SILVA

CULTURA AFROBRASILEIRA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

**MONTEIRO
2014**

MARIA DE FÁTIMA DE ARAÚJO SILVA

CULTURA AFROBRASILEIRA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Governo do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Marques de Souza.

MONTEIRO
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586c Silvä, Maria de Fátima de Araújo.
Cultura Afrobrasileira [manuscrito] : relato de experiência /
Maria de Fátima de Araújo Silva. - 2014.
28 p.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual
da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2014.
"Orientação: Prof. Dr. Fábio Marques de Souza,
Departamento de Letras".

1. Cultura afrodescendente. 2. Brasil - negro. 3. Ensino de
história - afrodescendentes. I. Título.

21. ed. CDD 372.89

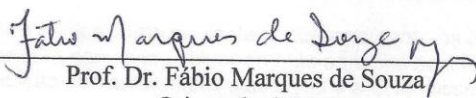
MARIA DE FÁTIMA DE ARAÚJO SILVA

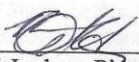
CULTURA AFROBRASILEIRA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA


Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Governo do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 27 / 09 /2014.

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Fábio Marques de Souza
Orientador/UEPB


Prof. Dr. José Joelson Pimentel de Almeida
Examinador/UEPB


Profª. Dra. Cristina Bongestab
Examinadora/UEPB

DEDICATÓRIA

À minha família que me fez reviver aos tempos de criança, aonde todas às vezes que chegava a comentar que estava cansada, eles me faziam rir e ver que a vida não para pelo cansaço e sim continua sabendo lidar com as mudanças adquiridas ao longo dos dias em que vivemos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por nos dar o discernimento e coragem para descobrir novos horizontes.

Ao meu esposo, por compreender quando não lhe dava atenção, porque necessitava estudar.

Aos meus cinco filhos, que Deus concedeu-me entre trancos e barrancos com tanto carinho me fazem ser a mulher mais feliz do mundo, e assim, sinto que também sou jovem à frente deles, e que me incentivaram a crescer junto a eles quando não tive esse no tempo necessário.

Aos meus pais (In Memoriam), embora fisicamente ausente, mas a presença dos mesmos existe em meu coração, dando-me forças com seus ensinamentos que me tanto me são valiosos.

Ao meu orientador, Professor Dr. Fábio Marques de Souza, que desde o primeiro momento de estudo do curso me fez crescer como profissional revigorando o multiculturalismo com a sua capacidade intelectual e ainda mais pela sua humanização, paciência de me ver chegar pensando que tudo estaria correto e a página na realidade necessitava de seus conhecimentos para engrandecer-me. Sou muito grata por todo seu empenho e dedicação para comigo.

Ao professor Joelson Pimentel, Coordenador do Curso de Especialização e Diretor do CCHE, por sua doação em todos os momentos em que precisamos para melhor capacidade de conhecimento.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, em especial, Professor Victor Macêdo, que mostrou muito do seu conhecimento vivido ao professor José Luiz e ao Professor Fábio Marques de Sousa, experiência transmitida com muita clareza, trabalhando o multiculturalismo da nossa região com a nossa cara, e a todos que contribuíram ao longo de 30 meses, por meio das disciplinas e debates para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, Vandilson Pereira e outros demais, cujos nomes não me recordo, agradeço por toda presteza e entendimento quando foi necessário.

Aos colegas de classe pelos bons momentos vividos em troca de experiência durante o período que ficamos em estudos.

RESUMO

Por muito tempo, a população negra no Brasil viveu à margem da sociedade. Marginalidade que foi validada por teorias racistas preparadas no século XIX com o intuito de validar o discurso de superioridade racial. Esse argumento marcou a história do Brasil mantendo relações de desigualdade nas condições de direitos da população branca em relação à população negra. Dessa forma, faz-se urgente a busca por políticas sociais de superação dessas desigualdades. No município de Amparo as ações formativas e políticas afirmativas desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Educação da Paraíba – SEE tem sido significativas em cumprir este lema. Implementar a Lei 10.639/2003 e diversos dispositivos legais que tornam obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como conteúdos a serem inseridos em todas as disciplinas do currículo escolar, bem como, discussões pertinentes à Educação das Relações Étnico-Raciais são aqui abordados. Buscamos, desta maneira, a educação voltada para a diversidade de forma a reverter a situação vivida pela população negra que tem sido, ao longo dos tempos, vítima de discriminação racial e, consequentemente, de mecanismos de exclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Identidade. Negro. Sociedade.

ABSTRACT

Historically the black population in Brazil was placed on the margins of society marginality was sustained by racist theories developed in the nineteenth century with the aim of forging the discourse of racial superiority. Such discourse pervades the history of Brazil printing unequal relations between the conditions of rights of the white population and the black population. In this sense, it is necessary to seek political and social alternatives to overcome these inequalities. In the city of Amparo formative and affirmative action policies developed by the State Department of Education of Paraíba - SEE reflect this commitment. The implementation process of 10.639/2003 Act and other laws that make mandatory the teaching of History and Afro-Brazilian and African, as content to be inserted in all subjects of the school curriculum, as well as relevant discussions of the Education Relations racial-Ethnic are addressed here in three stages: Notes on Racism, Discrimination and Prejudice in Brazil; Affirmative policies and finally Shares Formative. It is presumed, therefore, education focused on these relationships, because even though the Brazilian multiethnic society, the black population has historically been the target of racism and mechanisms of social exclusion.

KEYWORDS: Culture. Identity. Negro. Society.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
2 OBJETIVOS	13
2.1 OBJETIVO GERAL	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
3 METODOLOGIA	14
CAPÍTULO I	
CULTURA AFRODESCENDENTE	17
CAPÍTULO II	
PRÁTICAS DE TRABALHO EM SALA DE AULA	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o propósito de contribuir com o crescimento intelectual da nossa comunidade escolar, uma vez que a educação necessita urgentemente aderir as novas mudanças da grade curricular, que a partir da lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), passando a exigir que as escolas brasileiras de Ensino Fundamental e Ensino Médio (públicas e privadas), incluíssem no currículo o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, esse fato revela uma valorização dos direitos humanos.

Além da lei acima citada, existem outras leis e declarações que buscam resgatar a contribuição dos negros para a formação da sociedade brasileira e para o mundo, bem como garante a punição para o crime de racismo, pois somos iguais em dignidade e direitos, não só nos termos teóricos, mais principalmente práticos, que devem ser incluído no discurso dentro da sala de aula, pois as “diferenças necessitam de tratamentos diferenciados quando a igualdade nos inferioriza e tem o direito de sermos tratados com igualdade quando as diferenças nos caracterizam”. (MONTEIRO, 2013).

A história e cultura afro-brasileira e indígena têm sido desprezadas ao longo do tempo, pois é marcada pelo fenômeno da escravidão e ou da domesticação dos chamados selvagens, esses grupos e seus hábitos, costumes, tradições e rituais religiosos foram e ainda são, em grande parte, considerados demoníacos, e mesmo depois da abolição ou de uma legislação favorável não foi possível restituir o direito e a justiça a esses grupos tão discriminados ao longo do tempo.

Nos bancos escolares, aprendemos a interiorizar imagem de si e do outro, e continuamos aprendendo quando participamos de espaços religiosos e da cultura da mídia. No nosso dia a dia, lemos, ouvimos, vemos e praticamos sobre esse jogo das identidades e alteridade, muitas vezes, movemos para lado do preconceito e da violência simbólica.

De acordo com Marc Ferro (2008), “as marcas do aprendizado na infância, das nossas primeiras manifestações e curiosidades, indeléveis, desde cedo construímos representações sobre os africanos como povos selvagens” em detrimento do parâmetro positivado instituído a partir de um currículo branco, ocidentalizado, cristão e heterossexual e passamos a carregar essas imagens para além do tempo da educação básica.

Todavia, essas representações simbólicas adquiridas na infância, período em que o ser humano está em pleno desenvolvimento cognitivo, irão refletir na vida adulta, advinda de um posicionamento carregado de preconceitos que marca a cultura burguesa em nosso país. Por

essa razão entendemos que apenas através da educação será possível criar um processo de desconstrução do preconceito, tornando-se de suma importância aderir aos novos preceitos da LDB e fazer valer o espaço de sala de aula como um espaço propício para a construção da cidadania e o respeito às diferenças.

Portanto, graças às teorias críticas, abriram-se as possibilidades de desconstrução dos discursos positivistas que permeavam o campo da educação. Com efeito, passa-se a questionar a objetividade e a neutralidade subjacente ao que pensavam os teóricos tradicionais.

O currículo é interessado, e não é neutro nem imparcial, sendo assim podemos pensá-lo como sendo um dispositivo ligado aos interesses ideológicos e as relações de poder, no qual, fazemos operações de inclusões e exclusões de temáticas, de acordo com o macro ou de acordo com as demandas que o presente histórico nos coloca. Seleccionados os objetos de estudos que tragam significados relevantes para a vida dos educandos para que possam construir um posicionamento crítico diante dos aspectos históricos e culturais da sociedade.

A capacitação contínua dos docentes torna-se fundamental para poder contribuir significativamente na formação de cidadãos mais justos e afinados com os novos tempos, pois é de suma importância desmistificar, uma vez que a sociedade brasileira negligenciou ao longo do tempo os direitos de determinados grupos, acreditamos que apenas através de uma educação crítica e comprometida com a efetivação da democracia será possível apontar novos caminhos de reconhecimento dos índios e negros enquanto seres humanos que possuem suas histórias e características próprias.

No mundo contemporâneo os sistemas educacionais brasileiro têm enfrentado processos de mudanças estruturais e conceituais, por conta das exigências sociais, que desejam uma educação de resultados positivos e práticos para o dia a dia. Busca-se hoje uma educação que prepare o aluno para compreender os aspectos da diversidade cultural e lhe dê autonomia na construção do conhecimento, bem como, dos saberes constantes de aprender a aprender com a diversidade.

O projeto que culminou no ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas tem o propósito de atender a lei 10.639/03 que alterou a LDB e instituiu novas diretrizes curriculares para a sua execução. A lei acima citada determina a obrigatoriedade de ensino da história da cultura dos afrodescendentes no currículo escolar acrescentando em algumas modalidades de ensino pontos relevantes da cultura afro.

No Ensino Fundamental e Médio, a partir da decisão oriunda da lei, a grade curricular faz um resgate histórico da colaboração dos negros na construção da sociedade brasileira, propõe ainda a realização de palestras acerca da identidade cultural destacando as diferenças culturais, essa iniciativa busca o reconhecimento e a valorização da identidade, da cultura e da história dos afrodescendentes. Esse resgate histórico proporciona uma reflexão sobre toda a história e cultura Afro-Brasileira, fazendo com que os educandos percebam vários aspectos da cultura afros no seu cotidiano.

Torna-se de suma importância colocar em prática de forma coerente as novas diretrizes curriculares da LDB, pois articular educação e identidade negra é um processo de reeducação do olhar pedagógico sobre o negro. A escola, como instrumento responsável pela socialização do saber e do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, possui um papel importante na construção de representações positivas sobre o negro e demais grupos que vivem uma história de exclusão.

Mas do que simplesmente apresentar aos educandos dados sobre a situação da discriminação racial e sobre como isso interfere na realidade social, política e econômica da população negra, cabe à escola problematizar todas as expressões que envolvem essa questão social. Uma vez que o sofrimento dos povos afrodescendentes, em especial dos grupos que pertencem à sociedade brasileira esta cotidianamente retratada nas ruas, casas, comunidades e instituições. A desigualdade racial, o desemprego, a epidemia, a corrupção, a violência e as drogas, são algumas das modalidades de apropriação excludente do negro na nossa cultura, esse é um fato lamentável e que merece a atenção das políticas públicas para combater essas expressões da questão social envolvendo os negros e os grupos menos favorecidos da sociedade brasileira.

No entanto, para promover uma releitura da história da cultura Africana e seus reflexos sobre a vida dos afrodescendentes, em geral, rompendo com o modelo vigente da sociedade brasileira, não basta apenas à lei em si, é preciso que se rompa com o modelo pedagógico vigente, pois incluir o estudo da cultura afro nas escolas proporciona um espaço de valorização da cultura afro-brasileira, onde professores e alunos envolvem-se na realização de um projeto que busca promover discussões em torno da diversidade cultural existente em nosso país, a fim de que essa diversidade seja respeitada e valorizada.

A construção da proposta metodológica tem a preocupação de relacionar a capacitação continuada dos professores, para que haja uma mudança no campo da educação e nas relações raciais dentro da proposta pedagógica que estarão sendo trabalhadas em sala de aula, que

serão espaços de reflexões e de construção do conhecimento, com o intuito de formar cidadãos e fortalecer a democracia. A escola é composta por pessoas com hábitos, costumes e tradições diferenciadas, esses aspectos representam o tipo de conhecimento que ela produz, porque a postura de cada um ficara presente na maneira como os professores se posicionam diante de cada assunto, por isso, torna-se necessário de suma importância uma capacitação continuada para o corpo docente, para que essa qualificação o capacite para trabalhar com base nas novas diretrizes da LDB.

Uma vez, que são os professores que colocarão em prática os conhecimentos adquiridos nas formações anteriores, e serão os protagonistas na construção do conhecimento, a fim de promover a autonomia, a cidadania e a igualdade racial. Contextualização histórica e sociocultural, situando acontecimentos históricos, enfatizando momentos históricos e manifestações sociais da trajetória do negro na sociedade brasileira, assim como seus significados.

Dados baseados em investigação e pesquisas bibliográficas para endossar de maneira coerente os fatos relatados, na utilização de documentos necessários para expressar o cotidiano e as praticas de racismo que afligem os negros e os índios no cotidiano brasileiro e em especial no âmbito da educação. Identificar aspectos do aparato legal que cria as bases para a atuação de professores comprometidos para trabalharem na perspectiva do combate ao racismo e reconhecimento da historia e cultura da cultura Africana.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Favorecer a ampliação da cidadania e igualdade racial, alcançáveis por meio de uma pedagogia baseada no respeito à diversidade cultural.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar aspectos positivos da diversidade cultural existente em nosso país;

Perceber aspectos das manifestações Africanas, na arte, na culinária, no esporte e a língua, como elementos da formação da sociedade brasileira;

Analisar o contexto brasileiro a partir da sua herança cultural, buscando favorecer a igualdade racial.

3 METODOLOGIA

Essa pesquisa pode ser classificada como pesquisa descritiva e qualitativa e também segue um viés de cunho bibliográfico, tendo em vista que iremos dialogar com obras de diversos autores, que expõem seus pontos de vista, acerca da temática abordada, como forma de dialogarmos sobre a importância de lutar por ambientes escolares mais democráticos, onde cada criança ou jovem tenha sua liberdade de escolha garantida, sem que se tornem mais uma vítima, dos alarmantes números que tratam da violência física e verbal, registrada nos órgãos de segurança pública do nosso país.

Segundo Vergara (2007) a pesquisa descritiva pode ser definida por expor características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

A pesquisa descritiva pode ser compreendida também, tomando como base as palavras de Gil (1995), quando esclarece que,

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento da relação entre as variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados. [...] São incluídas neste grupo as pesquisas que tem por objetivo levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população. (GIL, 1995, p. 46).

Como já mencionamos acima, nosso estudo também segue um viés de cunho bibliográfico por se tratar de um “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. (VERGARA, 2007, p. 48).

Uma pesquisa de forma geral é definida como uma investigação minuciosa e sistemática, com o objetivo de descobrir fatos relativos a um campo do conhecimento. Pesquisa, também é considerada, um processo sistemático de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novos conhecimentos e comprovar ou até mesmo contestar algum conhecimento que já existente.

Como forma de destacarmos e ampliarmos nossa discussão de cunho metodológico trazemos as contribuições de Shulman (1988), que nos permite refletir sobre a construção de pesquisas no campo educacional, quando diz que,

A razão mais importante pela qual a metodologia de pesquisa em educação constitui-se numa área tão excitante é que a educação não é propriamente uma disciplina. De fato, a educação é um campo de estudo, um local que contém fenômenos, eventos, instituições, problemas, pessoas e processos que em si mesmos constituem a matéria-prima para investigações de muitos tipos. (SHULMAN, 1988, p. 05).

Com base nas palavras acima mencionadas, fica claro que, no momento em que a teoria e a prática passam a ser tratadas isoladamente, são gerados graves equívocos, durante o processo educacional, principalmente no ensino e na aprendizagem. Além disso, a falta de interação entre elas resulta em uma enorme perda das práticas nas escolas, até por que, do ponto de vista de ação docente, a profissão de educador é uma prática social.

Existem também as pesquisas em educação, que partem diretamente da prática de ensino, isto é, baseiam-se em situações vividas durante seu trabalho no contexto educacional, daí, se inicia o processo de pesquisa por meio da reflexão do educador sobre sua própria prática e sobre a prática de outros docentes, o que envolve diretamente métodos de ensino e principalmente o processo avaliativo dessa disciplina.

Dessa forma, trazemos as contribuições de Moreira e Caleffe (2008) apresentam o conceito de pesquisa bibliográfica, quando discutem que,

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica não deve ser confundida com a revisão ou a resenha bibliográfica, pois a pesquisa bibliográfica é por si só um tipo de pesquisa, enquanto a revisão ou a resenha bibliográfica é um componente obrigatório de todo e qualquer tipo de pesquisa. (MOREIRA e CALEFFE, 2008, p. 74).

Com base nas palavras dos autores acima descritos, fica claro que o objetivo principal da pesquisa bibliográfica é justamente colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi produzido na área em questão. No entanto, o professor deve ter consciência de que esse tipo de pesquisa não deve servir como uma repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto.

Já em relação a pesquisa qualitativa, que também caracteriza nosso estudo, Moreira (2002), vem ressaltar que existem seis itens que tratam das características gerais dessa metodologia, sendo que para o autor, a pesquisa qualitativa inclui,

1º A interpretação como foco. 2º A subjetividade é enfatizada. 3º A flexibilidade na conduta do estudo. 4º O interesse é no processo e não no resultado. 5º O contexto como intimamente ligado ao comportamento das pessoas na formação da

experiência. 6º O reconhecimento de que há uma influência da pesquisa sobre a situação. (MOREIRA, 2002, p. 46).

Compreendemos que, nesse sentido, há um interesse em interpretar a situação em estudo sob o olhar dos próprios participantes. Sendo assim, o foco de interesse é a perspectiva informativa, isto é, elencar um fato ou problema relacionado ao assunto e as diversas formas sugestivas, que podem colaborar com as melhorias, pois segue uma orientação que objetiva entender a situação analisada e/ou descrita na elaboração de um estudo, de uma pesquisa.

CAPITULO I

CULTURA AFRODESCENDENTE

A presente pesquisa tem o intuito de discutir as influências da cultura afrodescendente para a formação da história cultural do Brasil, como também realiza uma análise parcial da prática do racismo, discriminação e da desigualdade social, buscando apresentar mecanismos de combate a essas práticas de desrespeito a diversidade cultural. Pois, apenas através da educação, a partir da introdução obrigatória do ensino da cultura africana nos currículos escolares será possível construir os pilares para uma cidadania plena.

Através do processo cultural homens e as mulheres determinam regras, convencionam valores e significações que possibilitam a comunicação dos indivíduos e dos grupos. Por meio da cultura eles podem se adaptar ao meio, mas também o adaptam a si mesmos e, mais do que isso, podem transformá-lo.

Laraia (2001) nos dá a sua contribuição, ao mencionar que Ruth Benedict escreveu, em *O crisântemo e a espada*, que a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Sendo assim, homens e mulheres de diferentes culturas usam lentes diversas e, portanto, não têm a mesma visão das coisas. “O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura”. (LARAIA, 2001, p.68).

Entre os processos culturais construídos pelos homens e pelas mulheres na sua relação com o meio, com os semelhantes e com os diferentes, estão as múltiplas formas por meio das quais esses sujeitos se educam e transmitem essa educação para as futuras gerações. É por meio da educação que a cultura determina os sistemas de representações e as lógicas construídas na vida cotidiana, acumulados (e também transformados) por gerações e gerações.

Com a edição da lei 10.693/03, alterada pela lei 11645/08, cujo texto fez incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a necessidade de incluir o ensino sobre a história da cultura afro-brasileira e indígena no currículo das escolas nacionais. Essas conquistas foram fruto de reivindicações populares que pressionou os governantes a se colocarem diante da situação de desigualdade dos negros e índios em nossa sociedade que é arraigada de preconceitos e discriminação social que marca a história da nação brasileira.

Realizando um breve resgate histórico, percebemos que o acesso à educação da população de origem africana, classificados na época como escravos, era vetado por decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecendo que as escolas públicas do país não pudessem receber escravos, posteriormente, como decreto nº 7.031-a de 06 de setembro de 1878, que possibilitou a frequência dos adultos nos cursos noturnos, permitiu aos negros africanos os primeiros acessos às escolas.

Esse fato não ocorreu sem tensões, foi fruto de um contexto histórico, pois em 1870, os opositores do regime monárquico que vigorava nessa época, resolveram que iriam conquistar o poder político de forma evolutiva e faria as transformações necessárias nas instituições de forma pacífica e gradual, ao invés de uma violenta revolução social. A abolição da escravidão é um exemplo dessa política gradualista, a Lei do Ventre Livre (1871) fixava a liberdade para todos os filhos da mulher escrava, a Lei do Sexagenário (1885) fixava a liberdade para todos os escravos com mais de sessenta anos.

Segundo dados do IBGE (2010), o Brasil foi o último país do mundo a abolir o trabalho escravo de pessoas de origem africana. Em 1888, após ter recebido, ao longo de mais de três séculos, cerca de quatro milhões de africanos como escravos, como também a maior parte da população no país corresponde à pessoa de cor negra resultante de um processo de miscigenação.

Os mecanismos do Estado brasileiro que impediram o acesso à instrução pública dos negros durante o Império se deram em nível legislativo quando se proibiu o escravo, e em alguns casos, o próprio negro liberto, de frequentar a escola pública. Na prática, mesmo tendo garantido o direito dos libertos de estudarem, não se criaram as condições materiais para a realização plena desse direito. O Brasil já assumiu oficialmente a sua característica de um país multiétnico com tratamento desigual dos seus grupos, por meio de iniciativas que indicam esse processo de revisão dos conteúdos escolares para contemplar a multiplicidade dos interesses dos vários grupos humanos existentes no país.

As reformulações da educação oficial brasileira com destaque ao papel das contribuições dos grupos raciais e as avaliações de livros didáticos devem abolir as abordagens preconceituosas e desenvolver estudos que revelam o tratamento diferenciado relegado à criança negra nas escolas públicas. Defende-se hoje a incorporação de um currículo oficial baseado na Pluralidade Cultural como conteúdo transversal no ensino Fundamental e Médio.

Reconhecer somente o tratamento desigual que a população negra brasileira vem sofrendo desde sua inserção na História do Brasil e na História da Educação Brasileira, não é suficiente, pois é necessário realizar ações que permitam à população brasileira perceber o negro como igual na sociedade. Por isso defendemos a necessidade de uma política pública para reconhecer a importância do negro e de sua cultura para formação da nação.

A política pública quando é voltada para a democratização real da educação pode ser um forte vetor impulsionador de programas de desenvolvimento, como inclusão e promoção social. A Lei 10.639/2003 vem propor ações voltadas para o desenvolvimento humano, no qual permite que a situação de marginalidade social do negro brasileiro seja amenizada. A Lei vem reconhecer a existência do afro-brasileiro e seus ancestrais africanos, sua trajetória na nação brasileira, na condição de sujeitos na construção da sociedade. Evidentemente a alteração da LDB, foi um ganho político.

Ao discutirmos a relação entre cultura e educação, é sempre bom lembrar que a educação não se reduz à escolarização. Ela é um amplo processo, constituinte da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços sociais, como podemos citar o âmbito familiar, na comunidade, no espaço de trabalho, nas ações coletivas, nos grupos culturais, nos movimentos sociais, no ambiente escolar, entre outros.

Segundo Brandão (1981),

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam e aprendem. O saber que atravessa às palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes a ocultar, a necessidade da existência de sua ordem. (BRANDÃO, 1981, p. 10-11).

Com base nas palavras acima descritas, é possível compreender que existem diferentes formas e modelos de educacionais, e que a escola não é o lugar privilegiado onde ela acontece e nem o professor é o único responsável pela sua prática. Essa reflexão é importante para se pensar os processos educativos, quer sejam escolares ou não escolares. Muitas vezes, as práticas educativas que acontecem paralelamente à educação escolar, desenvolvidas por grupos culturais, ONG's, movimentos sociais e grupos juvenis precisam ser considerados

pelos educadores escolares como legítimas e formadoras. Elas também precisam ser estudadas nos processos de formação de professores.

No Brasil a educação é um direito estabelecido pela Constituição Federal de 1988 (artigo 208, inciso IV), que reconhece como direito de todas as crianças em idades de 0a 6 anos em instituições públicas de ensino (creches). Assim também como a Lei 8069/91, do Estatuto da Criança e do Adolescente que garante o direito à,

[...] liberdade, ao respeito e a dignidade como pessoas humanas no processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas Leis; [...] a educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...] igualdade de condição para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitados por seus educadores; e ter respeitado os valores culturais, artísticos e históricos próprios no contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a este a liberdade de criação e o acesso às fontes culturais. (BRASIL, 1988, p. 24).

A educação oferecida no espaço educativo é fundamental para o pleno desenvolvimento do indivíduo, principalmente nos anos iniciais de sua vida. Deste modo, a socialização recebida na infância é significativa para o desenvolvimento dos futuros cidadãos. Contudo, é preciso que se modifique o conteúdo escolar em prol de reparações do passado, para conquistar um resultado eficaz no processo educativo.

Essa alteração, em seus aspectos explícitos e implícitos, precisa ser construída no cotidiano do fazer pedagógico no interior das escolas, envolver alunos, professores, corpo diretivo, corpo administrativo e comunidade escolar em geral, a fim de construir um currículo que tenha por base a abordagem do respeito à diversidade cultural. E para cumprir essa finalidade, há que se formarem professores devidamente preparados e subsidiados para que possa fazer uma releitura do currículo à luz da história e da cultura afro-brasileira, bem como elaborar propostas pedagógicas que contemplem os conhecimentos filosóficos, antropológicos, sociológicos, históricos e religiosos, geográficos e culturais da população negra.

Podem-se levantar questões sobre o poder da representação e sobre como e por que alguns significados são preferidos relativamente a outros. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade. Tratar sobre a cultura afrodescendente, nos permite refletir diretamente sobre o conceito de identidade, afinal, somos constrangidos, não apenas pela

gama de possibilidades que a cultura oferece, isto é, pela variedade de representações simbólicas, mas também pelas relações sociais.

A esse respeito, trazemos as concepções de Rutherford (1990), ao dizer que,

[...] a identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora [...] a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação. (RUTHERFORD, 1990, p. 20).

A complexidade da vida moderna exige que assumamos diferentes identidades, mas essas diferentes identidades podem estar em conflito. Podemos viver, em nossas vidas pessoais, tensões entre nossas diferentes identidades quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências de outra. Um exemplo claro dentro dessa nossa discussão é o conflito que existe em nossa identidade de pai ou mãe, pois nem sempre, na condição de assalariados podemos satisfazer todas as vontades ou necessidades de consumo dos nossos filhos. Há também os conflitos por não estarmos totalmente presentes no cotidiano e tudo isso interfere nas relações pessoais.

As identidades baseadas na “raça”, no gênero, na sexualidade e na incapacidade física, por exemplo, atravessam o pertencimento da classe. O reconhecimento da complexidade das divisões sociais, pela política de identidade, na qual a “raça”, a etnia e o gênero são centrais, tem chamado atenção para outras divisões sociais, sugerindo que não é mais suficientemente argumentar que as identidades podem ser deduzidas da posição de classe (especialmente quando essa própria posição de classe está mudando) ou que as formas pelas quais elas são representadas têm pouco impacto sobre sua definição. (SILVA, 2013, p. 37).

Em todo contexto ou campo cultural vão existir os controles e as expectativas, bem como, o “imaginário”, ou seja, as promessas de prazer e realização. Os pressupostos de sexualidade e os discursos racistas negam a algumas famílias o acesso a esse imaginário, o que pode representar claramente a relação entre o social e o simbólico.

Os sistemas simbólicos oferecem novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados e conseqüentemente, as identidades são contestadas.

Podemos perceber claramente que a sociedade está mudando seus hábitos, seus costumes e principalmente a sua forma de ver as pessoas, no sentido de compreender a diversidade existente entre os sujeitos, que cada tem a sua forma de vida, que a cor e a raça não mostram de fato as qualidades de um indivíduo e nem o diminuem em detrimento de

peças de outra cor, raça ou etnia. Somos conscientes de que ainda há muito a ser feito, para romper com paradigmas preconceituosos, com tendências racistas, mas, já se percebe uma maior aceitabilidade, um respeito, uma compreensão mais ampla, de que nenhum sujeito carrega consigo peculiaridades superiores a de outros sujeitos, que possam diminuir ou desprezá-lo.

Não estão ocorrendo mudanças apenas nas escalas global e nacional e na arena política. A formação da identidade ocorre também nos níveis “local” e pessoal. As mudanças globais na economia como, por exemplo, as transformações nos padrões de produção e de consumo e o deslocamento do investimento das indústrias de manufatura para o setor de serviços têm um impacto local. Mudanças na estrutura de classe social constituem uma característica dessas mudanças globais e locais. (SILVA, 2013, p. 29).

A Lei 10.639/2003 permitirá romper com o modelo pedagógico vigente que tem o modelo eurocentrista como padrão, fazendo com que a sociedade civil organizada, por meio de suas legítimas representações, incluindo o afro-brasileiro, seja chamada na condição de decisória, para que a construção de uma nova escola que contemple os brasileiros descendentes de africanos, pois isso garante a visibilidade ao afro-brasileiro e promove a cidadania e igualdade racial, alcançável por meio de uma pedagogia multirracial.

[...] esse paradigma é o da inclusão social – as escolas (tanto comuns como especiais) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas) (SASSAKI, 1998, p.09-17).

O racismo, o preconceito e a discriminação são malefícios que existem na escola assim como na sociedade em geral, muitas vezes mascarados, naturalizados ou, outras tantas, vezes assumidos descaradamente, estando presentes nas atitudes, nos valores e normas vigentes, são fatores de um processo cruel de dominação, que mina a cultura dos grupos sociais considerados dominados, entre nós os negros e indígenas.

Trabalhando a partir de valores eurocêntricos, o sistema de educação leva as crianças e adolescentes afro-brasileiros a se sentirem inferiores e a serem considerados como tal pelos demais, ao conviverem com as imagens estereotipadas que causam danos psicológicos e morais, bloqueando a personalidade pessoal, étnica e cultural dos afro-descendentes. O brasileiro,

de um modo geral, sabe muito pouco a respeito do afrodescendente, ou que sabe esta repleta de ideias preconceituosas.

Antes de tudo, para um bom convívio, é preciso que haja convívio – o que, por mais óbvio que pareça, nem sempre ocorre. Quando o ensino se resume a treinamento e transferência de informações, as interações entre estudantes chegam a ser evitadas a pretexto de prejudicarem a concentração. O que resta é uma relação de competição entre alunos e de recíproca cobrança entre eles e seus professores. Já se o convívio participativo é promovido nas salas de aula e em atividades de sentido social, artístico, técnico ou científico, o aprendizado se dá um processo cooperativo, no qual relações de confiança e amizade se estabelecem naturalmente. Isso pode ocorrer por iniciativa de um professor, mas só se generaliza quando há um projeto educativo que promove a convivência de toda a equipe escolar e dos jovens. (MENEZES, 2011, p. 114).

Está na hora de desmontar as inverdades e omissões, desnaturalizar os preconceitos e construir uma nação multirracial, justa e democrática. A proposta de combater o racismo pela educação realmente é um procedimento que alcançará resultados positivos, ou seja, uma forma de adotar uma conscientização que molde uma nova sociedade desarraigada do mal que é o racismo.

Pensando assim, trazemos as considerações de Morin (2002), ao tratar da diversidade existentes entre os sujeitos. Para este autor,

[...] Há uma diversidade humana. A unidade não está apenas nos traços biológicos da espécie *Homo sapiens*. A diversidade não está apenas nos traços psicológicos, culturais, sociais do ser humano. Existe também diversidade propriamente biológica no seio da unidade humana; não apenas existe unidade cerebral, mas mental, psíquica, afetiva, intelectual; além disso, as mais diversas culturas e sociedades têm princípios geradores ou organizacionais comuns. É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. (MORIN, 2002, p. 55).

Naturalmente que por se tratar de um procedimento que revolucionará a sociedade nesse aspecto, será necessário um processo de transição e formação. Assim, então através de uma educação formadora de consciência, no âmbito de valorização humana e de maior teor à aquisição da cidadania, alcançar um patamar social que repudie a discriminação racial, principalmente contra o negro que é a maior vítima desse preconceito.

CAPÍTULO II

PRÁTICAS DE TRABALHO EM SALA DE AULA

Trabalhando como docente por mais de duas décadas, tive muitas experiências bem vividas em sala de aula, dentre elas o maior desafio sempre foi mostrar aos alunos a importância do respeito, do carinho, da tolerância e mostrar, que cada um, dentro do seu mundo tem suas particularidades, mas, mesmo pertencendo a contextos sociais diferentes, cada um poderia contribuir para a construção de um mundo melhor, poderia ajudar o seu próximo, e principalmente, poderiam se constituir cidadãos de bem, pessoas capazes de lutar por melhores condições de vida, se tornar bons profissionais, nas mais diversas áreas do conhecimento e pouco importa, ou melhor, em nada importaria, se eram brancos, pretos, pobres, bem de vida, da zona urbana, da zona rural, filhos de pais separados, gordos, magros, enfim, não é de hoje que percebo o importante papel da educação para a formação subjetiva, individual e cultural de cada indivíduo.

Como forma de cumprir com nossos objetivos, vamos descrever um pouco da realidade da Escola Municipal de Educação Básica Idelfonso Anselmo da Silva, sendo que no mesmo prédio foi inserida a Escola Estadual de Ensino Médio de Amparo, localizada na microrregião do Cariri do Estado da Paraíba, que vem sendo um marco na educação, com dedicação no sistema de qualidade do ensino e aprendizagem.

A Escola Estadual, construída em 1946 e reconstruída em 1983, vivenciou quase toda a trajetória do seu povo e de suas origens, crenças, costumes e tradições, por meio das quais, cultivamos até hoje a cultura e todo o conhecimento dos mais velhos daquela cidade, que tem características de população afetuosa, até pelo próprio nome da cidade, Amparo, vocábulo este, que tem sinônimos de acolher, ajudar, cuidar.

Afirmam os mais velhos, que no século XIX, a população não podia atravessar o rio que cortava a cidade, dando acesso a outras localidades, devido a sua cheia, então, a família Pereira, abrigavam as pessoas em sua casa, e daí, veio a ideia de denominar a cidade com este nome, Amparo, cidade que como Padroeiro São Sebastião.

Neste relato, aprimora-se conceitos atribuídos em projetos, nos quais tivemos a oportunidade de vivenciar, trocar ideias com os educandos do Ensino Médio e principalmente com a 1ª série, onde nossa proposta seria iniciar um trabalho com experiências de outras entidades, é claro, um trabalho com experiências de pessoas leigas no tema, pois tivemos

várias atitudes vivenciadas dentro da temática “Cultura Afrobrasileira”, também relacionando outras temáticas com relatos feitos em sala de aula com a professora de português, onde a docente abordou a relação da influência da língua africana no português falado no Brasil, onde o estudo pioneiro deve-se a Mendonça (1935) que melhor exemplificou e aprofundou os estudos sobre o tema.

Ainda sobre a influência do falar africano no português, temos uma observação importante a ser feita, tomando como base o contexto histórico da vinda dos escravos para o Brasil, que provavelmente já falavam o dialeto “Criolo Português” e infelizmente ainda não temos conhecimento de documentos oficiais, que mostrem a veracidade, da escrita da linguagem falada pelos escravos nos primeiros séculos.

Durante toda a proposta de trabalhar o tema da Cultura Afrobrasileira, sempre optamos por propostas interdisciplinares, ou seja, que todas as disciplinas tivessem meios de debater sobre a temática em questão, relacionando aos conteúdos de cada componente curricular, como forma de ampliar o debate e principalmente mostrar aos nossos alunos a importância e a relação da cultura afro, da cultura negra, da história dos escravos, para a formação do nosso país, para construir a identidade social, cultural e econômica do povo brasileiro.

Pensando assim, podemos enfatizar o trabalho realizado pela professora de Ensino Religioso, onde a mesma trabalhou com os alunos as religiões da matriz africana, e como estas foram inseridas na cultura brasileira. Debateu-se também sobre os mitos, as lendas, o que é verdade, e inverdade sobre as religiões africanas predominantes em nosso país, como é o caso do Candomblé. A professora falou sobre as perseguições da igreja católica, para com essas religiões de origem africana, pois os padres, bispos e freiras mais antigos, afirmavam que tais religiões ou seitas tinham pacto com espíritos ruins, e as pessoas evocavam o mal, para prejudicar a terceiros.

Com a prática do cotidiano, adotei junto aos educando da 1ª série do Ensino Médio, por meio da disciplina de Geografia, anexar junto ao Projeto Político Pedagógico, doravante PPP, da escola o projeto trabalhando por meio das Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCNEM, ao passo que procuramos formar cidadãos conscientes, trazendo uma discussão sobre o processo de democratização e incorporar o tema Cultura Afrobrasileira e a história dos negros e dos índios nas aulas ministradas ao longo do ano letivo de 2013, conforme a lei em anexo.

Elaboramos em sala de aula a questão das semelhanças e diferenças na vida da nossa gente, ou seja, debatemos com nossos alunos sobre os problemas que as pessoas negras enfrentam na atual sociedade, no mercado de trabalho, para ingressar no curso superior, entre outros contextos. Dentre nossas ações, para embasar com mais clareza e coerência a temática em questão, levamos profissionais da área educacional, com domínio do tema, para ministrar palestra com o tema: “A História e a Cultura Afrobrasileira”; “Religião e Religiosidade”, todo esse trabalho foi realizado em parceria com os alunos e professores do Projeto de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão – PIBID, da Universidade Federal de Campina Grande, Campus CDSA – Sumé/PB, onde foi possível apresentarmos com nossos alunos uma peça teatral intitulada de “Cultuando”, que envolveu a disciplina de Artes, e foi possível demonstrar um pouco do Candomblé, e por fim, apresentamos textos elaborados por nossos alunos, que através de descrição, narração, dissertação, contos, fábulas e poemas, mostraram um pouco do conhecimento adquirido, e principalmente, tivemos a oportunidade de contribuir socialmente com a formação dos nossos alunos, pois já é possível perceber uma maior interação entre todos eles, ou seja, o espaço escolar tem se tornado a cada dia, mais democrático, mais respeito, mais diverso, e todos estamos mais cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se urgente a promoção de políticas que promovam a desconstrução de estereótipos negativos como, por exemplo, o de que o negro é sinônimo de criminalidade, samba, pagode, moda, candomblé, faxineiras e trabalhadores braçais.

Levar para a sala de aula os conteúdos da história e cultura afrodescendente pode contribuir para a preservação de sua cultura e a convivência harmônica no ambiente escolar com vistas à interculturalidade, de forma a buscar a extinção de práticas racistas em nosso país.

Não há dúvidas de que a melhor forma para eliminar, a curto, médio e longo prazo com as práticas racistas e discriminatórias é a educação, de forma a promover o respeito às diferenças e, conseqüentemente, oportunidades igualitárias no mercado de trabalho.

É preciso a conscientização, via educação, de que a cor da pele e outras características humanas não determinam um indivíduo melhor ou pior do que o outro. Dito de outra forma, a cidadania deve ser plena para todos: negros, brancos, favelados, ricos e pobres e a escola pode cumprir um papel fundamental neste processo.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05/10/1998. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei 10.639. Inclui a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira o Currículo Oficial da Rede de Ensino. Diário Oficial da União, 2003.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 20/11/1996. Diário Oficial da União. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da educação, orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília, SECAD, 2006.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conteúdo Histórico: Brasil – 500 anos de povoamento. 2010. www.histedbr.fae.unicamp.br - Acesso em 30/03/2014.
- LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MENEZES, Luiz Carlos de. **Escolas com bom convívio têm muito a ensinar**. Revista Nova Escola. Editora Abril. Ano XXVIII – Nº 259, São Paulo, 2011.
- MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- MOREIRA, Herivelto. CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia de pesquisa para o professor pesquisador**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2002.
- RUTHERFORD, J. **Identify: community, culture, difference**. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.
- SASSAKI, R. **Entrevista especial à Revista Integração**. Revista Integração. MEC: Brasília, v. 8, n.20, p.09-17, 1998.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.